

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além da melhor experiência neste site.

[Atualizar navegador](#)[Ignorar](#)

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 7.782, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte escolar de caráter privado no Município de Sant`Ana do Livramento, e dá outras providências.

ANA LUIZA MOURA TAROUÇO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANT`ANA DO LIVRAMENTO.

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO SERVIÇO

Art. 1º A exploração do serviço de transporte escolar prestado em caráter privado para estudantes e professores, sem itinerário fixo e com preço livremente acordado entre prestador e usuário, reger-se pelo disposto nesta Lei e demais disposições.

CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO

Art. 2º A exploração do serviço de transporte escolar de que trata esta Lei depende de autorização emitida pelo Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, de acordo com o disposto nesta Lei.

Seção I DAS PESSOAS QUE PODEM REQUERER A AUTORIZAÇÃO

Art. 3º Podem requerer a autorização para a exploração do serviço de transporte escolar:

I - a pessoa jurídica constituída sob a forma de empresa comercial, com a finalidade de execução de serviços de transporte escolar; e

II - a pessoa física com alvará de licença na atividade de "Motorista Autônomo", emitido pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Seção II DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

Continuar

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além

da melhor experiência neste site.
Art. 4º Os veículos a serem utilizados no transporte escolar deverão atender, além das exigências previstas no art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, as seguintes condições: [Atualizar navegador](#) [Ignorar](#)

I - características:

- a) espécie/tipo Pas/Ônibus ou Pas/Micro-Ônibus;
- b) fabricação não superior a 18 (dezoito) anos;
- c) conter número de lugares de acordo com a lotação constante no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV;
- d) licenciado e emplacado no Município de Sant' Ana do Livramento/RS, na categoria "Transporte Escolar";
- e) o prefixo será composto por três algarismos precedidos da sigla "TE" (Transporte Escolar), que deverá ser afixado na traseira e nas duas portas dianteiras do veículo, num tamanho equivalente a doze centímetros de altura, na cor preta.

II - equipamentos obrigatórios:

- a) extintor de incêndio com capacidade proporcional à categoria do veículo e nos moldes aprovados por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- b) tacógrafo;
- c) trava de segurança na porta lateral;
- d) delimitador de janela, com abertura máxima de cem milímetros;
- e) faixa refletiva nas laterais e no para-choque traseiro, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN;
- f) demais equipamentos definidos pela legislação de trânsito à atividade a ser empreendida ou estabelecidos pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.]

III - segurança e conservação:

- a) encontrar-se em bom estado de conservação, funcionamento e segurança;
- b) encontrar-se em bom estado de higiene e limpeza;
- c) satisfazer as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e legislação correlata vigente;

IV - informações:

- a) conter nos locais indicados a inscrição "VEÍCULO AUTORIZADO";
- b) manter afixado, na parte interna do veículo, informativo fornecido pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, contendo número do telefone para reclamações e a lotação máxima de veículo;
- c) fica vedada qualquer veiculação de anúncio de propaganda que contenha mensagens político-partidárias, de incentivo ao uso e consumo de cigarros e semelhantes, bem como de bebidas alcoólicas, nos veículos escolares.

Parágrafo único. O veículo utilizado no serviço de transporte escolar de maneira eventual deverá portar faixa ou placa horizontal amarela, removível, para sua identificação, com quarenta centímetros de largura, a meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

Art. 5º Nenhum veículo poderá ser utilizado para prestar serviço de transporte escolar sem que esteja regularmente autorizado pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além

da melhor experiência neste site.
Art. 6º O termo de autorização é o documento a ser expedido pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, numerado em ordem sequencial, que expressa e formaliza a autorização para a exploração do serviço de transporte escolar.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana elaborará e manterá o cadastro de autorizações de transporte escolar.

Art. 7º O termo de autorização será concedido ao interessado que cumprir as seguintes exigências:

I - atendimento ao disposto nos arts. 3.º e 4.º desta Lei;

II - realização de inspeção inicial e semestral dos veículos para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança e demais exigências desta Lei e legislação de trânsito aplicável, em órgão ou entidade credenciada pelo Município e apresentação dos termos de vistoria à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana;

Parágrafo único. Para a comprovação de inspeção a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana deverá fornecer um selo de autorização que deverá ser fixado no veículo no para-brisa dianteiro e traseiro.

I - comprovação da disponibilidade do veículo para a execução do serviço de transporte escolar;

II - o condutor do veículo:

- a) ter idade superior a vinte e um anos;
- b) ser habilitado na categoria D;
- c) não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- d) ser aprovado em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- e) não possuir deficiência incompatível com a função;
- f) não possuir antecedentes criminais pela prática de crimes hediondos, crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a fé pública, crimes de trânsito, tráfico de entorpecentes, violência doméstica e porte ilegal de arma de fogo, definidos na legislação federal vigente;
- g) atender as demais disposições legais aplicáveis.

Art. 8º O termo de autorização terá validade de um ano e poderá ser renovado se preenchidos as condições.

Art. 9º Nos casos de venda do veículo ou encerramento da atividade por parte do titular da autorização, deverá ser imediatamente comunicado à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana para fins de baixa da autorização.

Seção IV

DAS OBRIGAÇÕES DOS AUTORIZADOS

Art. 10. O autorizado deverá observar, sem prejuízo das demais disposições legais, as seguintes exigências:

I - manter as características originais e, sempre que necessário, fazer a devida manutenção do veículo e dos

equipamentos;

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

Continuar

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além da melhor experiência neste site.

III - prestar à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, os documentos e informações solicitadas;

IV - cumprir as determinações da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana para a regular execução dos serviços;

V - controlar o cumprimento rigoroso das disposições da presente Lei por parte dos seus prepostos, empregados ou colaboradores;

VI - informar à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana eventuais alterações nos dados de seu registro, no prazo máximo de sete dias contados da ocorrência;

VII - utilizar, para o serviço de transporte escolar, somente veículo autorizado para este fim;

VIII - responsabilizar-se pela veracidade das informações e documentos apresentados à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

Art. 11. Na forma da legislação vigente, o autorizado fica sujeito ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, devendo fornecer à Secretaria Municipal da fazenda todos os documentos solicitados, inclusive, cópia dos contratos de prestação de serviço de transporte escolar.

Art. 12. Todos os veículos deverão realizar, semestralmente, inspeção para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança e demais exigências desta Lei e legislação de trânsito aplicável e, apresentação de laudo comprobatório da aprovação técnica semestral, conforme disposto no art. 5º da Portaria Detran RS nº 090/2021.

I - 1º O veículo que não atender às condições previstas no art. 4.º desta Lei deverá ser regularizado no prazo de setenta e duas horas, sendo, então, submetido à nova inspeção.

II - 2º Permanecendo a irregularidade, o veículo ficará impedido de circular até a efetiva regularização e posterior liberação em nova inspeção, sem prejuízo da aplicação da multa relativa ao Grupo I, do Anexo Único, desta Lei.

III - 3º Os custos decorrentes das inspeções são de responsabilidade dos interessados e autorizados no transporte escolar.

Seção V DAS OBRIGAÇÕES DOS CONDUTORES

Art. 13. Todo condutor de veículo de transporte escolar deverá observar as prescrições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis, e ainda:

I - portar os seguintes documentos quando em serviço:

- a) crachá de condutor de veículo escolar;
- b) termo de autorização;
- c) registro de condutor.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

II - manter a inviolabilidade dos equipamentos do veículo;

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além de melhor experiência neste site.

III - dirigir o veículo de modo a proporcionar segurança e conforto aos passageiros;
da melhor experiência neste site.

Atualizar navegador Ignorar

V - não obstar a ação fiscalizadora municipal;

VI - não se ausentar ou abandonar o veículo quando em serviço;

VII - realizar a atualização dos cursos especializados para a área de trânsito, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

VIII - participar dos cursos determinados pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana;

IX - não transportar no veículo objetos que dificultem a acomodação do usuário;

X - não transportar passageiros em pé ou sem o cinto de segurança;

XI - não conduzir o veículo nos casos de suspensão temporária ou cassação da autorização.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. A fiscalização dos serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, que poderá aplicar as penalidades estabelecidas no art. 15 desta Lei, bem determinar as providências necessárias à regularidade da execução dos serviços.

CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 15. Pela inobservância dos preceitos contidos nesta Lei e nas demais normas e instruções complementares, os infratores estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão temporária da autorização por prazo não superior a cento e oitenta dias;

IV - cassação da autorização.

Art. 16. O rol de infrações e respectivas penalidades está definido no Anexo Único desta Lei.

Art. 17. O autorizado que tiver cassada a autorização somente poderá pleiteá-la novamente depois de decorrido um ano da data que definitivamente determinou a cassação e desde que satisfeitas as demais exigências previstas nesta Lei.

Art. 18. Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão concomitantemente as penalidades relativas às infrações cometidas.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

Art. 19. A autuação não desobriga o autuado de corrigir a falta que lhe deu causa.

Continuar

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além da melhor experiência neste site.

Art. 20. A penalidade de multa será aplicada ao autorizado ou ao condutor, de acordo com valores definidos no Anexo Único desta Lei.

Art. 21. Em caso de reincidência, o valor da multa será multiplicado pelo número de reincidências.

Parágrafo único. Considera-se reincidência a prática da mesma infração por mais de uma vez no período de um ano.

Art. 22. O autorizado será solidariamente responsável pelas infrações cometidas por seus prepostos, empregados e colaboradores.

Art. 23. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não exclui as demais responsabilidades legais.

Art. 24. Será assegurado ao autuado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 25. O autuado será intimado:

- I - pessoalmente;
- II - por via postal, com aviso de recebimento; ou
- III - por edital, quando resultarem inexitosos os meios elencados nos incisos I e II.

Parágrafo único. Considerar-se-á efetuada a intimação:

- I - na data da ciência do autuado ou da declaração do servidor que tiver efetuado a intimação, se pessoal;
- II - na data do recebimento por via postal;
- III - trinta dias após a publicação do edital.

Art. 26. O autuado poderá apresentar, no prazo de trinta dias contados da intimação, impugnação perante a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

Parágrafo único. A impugnação não será conhecida quando apresentada:

- I - fora do prazo;
- II - por quem não seja legitimado; ou
- III - perante órgão ou entidade incompetente.

Art. 27. Deverá constar na impugnação:

- I - a qualificação do impugnante;

III - a especificação das provas que se pretenda produzir, sob pena de preclusão;
Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além da melhor experiência neste site.
IV - as diligências que o impugnante julgue necessárias, com exposição dos motivos que as justifiquem.
Atualizar navegador Ignorar

Art. 28. A impugnação será julgada por autoridade designada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 29. A autoridade julgadora poderá requisitar a produção das provas necessárias à elucidação dos fatos, pareceres acerca da matéria em discussão, bem como informações e esclarecimentos do servidor autuante.

Parágrafo único. A autoridade julgadora poderá, motivadamente, indeferir os pedidos, inclusive de produção de provas, considerados impertinentes, meramente protelatórios ou desnecessários.

Art. 30. A decisão da autoridade julgadora será fundamentada e baseada na legislação pertinente, no auto de infração, na impugnação do autuado, no relatório do servidor autuante e na apreciação das provas.

Parágrafo único. A autoridade julgadora não poderá utilizar elementos estranhos ao processo como fundamento de sua decisão.

Art. 31. Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de dez dias, contados da intimação.

Parágrafo único. O recurso será julgado junta designada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 32. Esgotados os prazos para a apresentação de impugnação e recurso, ou indeferidos ou improvidos estes, a penalidade imposta tornar-se-á definitiva e no caso de multa o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de trinta dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Município.

Parágrafo único. Os valores recolhidos com a aplicação de penalidades decorrentes desta Lei serão destinados ao Fundo Municipal de Trânsito, que deverá ser criado com a finalidade de garantir recursos financeiros a serem utilizados, exclusivamente, à execução de atividades de sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento de trânsito, fiscalização e educação de trânsito.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Ficam revogados o Decreto nº 6.022 de 16 de março de 2012 e o Decreto nº 6.796 de 18 de fevereiro de 2014.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 04 de novembro de 2021.

ANA LUIZA MOURA TAROUÇO
Prefeita Municipal

:

MATHEUS BORGES MEDINA
Secretário Municipal de Administração

Seu navegador da web (Chrome 73) está desatualizado. Atualize seu navegador para ter mais segurança e velocidade, além da melhor experiência neste site.

Atualizar navegador Ignorar

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

Continuar